

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

Barueri, 27 de março de 2025

PARECER JURÍDICO

018/2025



Fls: Nº 05
Proc. Nº 609/2025

De: Procuradoria-geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,
Comissão de Fiscalização das entidades do terceiro setor,
subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 011/2025.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

“ALTERA ART. 1º DA LEI 1.480, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DÁ DENOMINAÇÃO A FUTURA BIBLIOTECA, E ACRESCENTA O INCISO X AO ART. 1º DA LEI Nº 2.670, DE 4 DE ABRIL DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO OFICIAL DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA”.

Disposições iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Prefeito que pretende alterar o art. 1º da Lei nº 1.480, de 6 de dezembro de 2004, que dá denominação a futura biblioteca, e acrescenta o inciso X ao art. 1º da lei nº 2.670, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre alteração de denominação oficial das bibliotecas municipais que especifica.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

01-08-2025 15:33 000869 2/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

O que se depreende da presente propositura é que a intenção do autor é apenas alterar a destinação do órgão, que deixa de ser somente uma Biblioteca, passando a constituir um órgão com funções mais amplas, intitulado como “Estação Cultural”, sem, contudo, alterar a homenagem proveniente da sua denominação oficial, que manterá o mesmo nome do senhor “Luiz Odair de Souza”.

A par disso, tratando-se apenas de adequação de caráter administrativo, relativa aos objetivos é amplitude do órgão, de natureza operacional, próprio da gestão municipal, não há qualquer óbice nem dispositivo especial a ser observado, bastando a utilização do mesmo processo legislativo utilizado para a criação da lei alteranda.

Da alteração da Lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.* (caput e §1º, o artigo 2º).

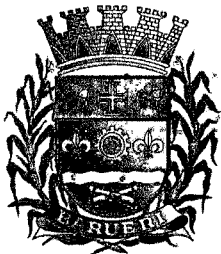
A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.

No presente caso, a alteração tem por escopo derogar expressa e parcialmente a Lei nº 1.480, de 6 de dezembro de 2004 e Lei nº 2.670, de 4 de abril

Fls. Nº 06
Proc. Nº 609/2025

2





Câmara Municipal de Barueri

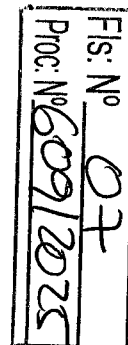
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

de 2019, isso porque pretende apenas modificá-las, mantendo a respectiva vigência.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com a sua natureza.



Disposições finais

Portanto, a proposição atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "d" e artigo 19, inciso III, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' e artigo 77, inciso XXVII, da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de fiscalização das entidades do terceiro setor, subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes** (artigo 50, § 8º, do RI);
- c) **Discussão única** (artigo 47, 'caput' da LOMB e artigo 173, § 2º do RI);
- d) **Quórum: 2/3 (dois terços) dos membros da CMB** (artigo 186, alínea "a", item 6, do RI e artigo 49, inciso I, alínea "a", da LOMB);
- e) **Votação nominal** (artigo 189, § 3º, alínea "c" do RI).





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

Observe-se, ainda, a incidência do artigo 29, inciso I, alínea “e”, item 2, do RI e do artigo 52, inciso II, da LOMB, (voto do Presidente).

S.m.j., é o Parecer Jurídico que emerge desta Procuradoria-geral.

Fls. Nº 08
Proc. Nº 609/2025


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral da Câmara
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, **DÁ-SE POR CIENTE** dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA DA SILVA
Assessor da secretaria-geral

